

Luis Fernando Verissimo

Escreve aos domingos e às quintas-feiras neste espaço

/// Foi a primeira vez que um depoente tocou no assunto nebuloso da cumplicidade do empresariado, através da Operação Bandeirantes

Os coniventes

O ex-deputado estadual e ex-marido da Dilma Carlos Araújo não é um ex-ativista político, pois recentemente voltou à militância partidária no PDT apesar de limitado pela saúde. Quando militava na resistência à ditadura foi preso, junto com a Dilma, e os dois foram torturados. Depondo diante da Comissão Nacional da Verdade, esta semana, sobre sua experiência, Araújo lembrou a participação de empresários na repressão, muitas vezes assistindo à ou incentivando a tortura.

Que eu saiba, foi a primeira vez que um depoente tocou no assunto nebuloso da cumplicidade do empresariado, através da famigerada Operação Bandeirantes, em São Paulo, ou da iniciativa individual, no terrorismo de Estado.

O assunto é nebuloso porque desapareceu no mesmo silêncio conveniente que se seguiu à queda do Collor e a revelação do esquema montado pelo PC Farias para canalizar todos os negócios com o governo através da sua firma, à qual alguns dos maiores empresários do país recorreram sem fazer muitas perguntas.

A analogia só é falha porque não há comparação entre o empresário que goza vendo tortura ou julga estar salvando a pátria com sua cumplicidade na repressão selvagem e o empresário que quer apenas fazer bons negócios e se submete ao esquema de corrupção vigente. Mas a impunidade é comparável: o Collor foi derrubado, o PC Farias foi assassinado, mas nunca se ficou sabendo o nome dos empresários que participaram do esquema.

Nunca se fez a CPI não dos corruptos, mas dos corruptores, como cansou, literalmente, de pedir o senador Pedro Simon. No caso da repressão talvez se chegue à punição, ou no mínimo à identificação, de militares torturadores, mas o papel da Oban e da Fiesp e de outros civis coniventes permanecerá esquecido nas brumas do passado, a não ser que a tal Comissão da Verdade siga a sugestão do Araújo e jogue um pouco de luz nessa direção também.

A comparação nossa com a Argentina é quase uma fatalidade geográfica, somos os dois maiores países da América do Sul com pretensões e vaidades parecidas. Lá o terrorismo de Estado foi mais terrível do que aqui e sua expiação – com a condenação dos generais da repressão – está sendo mais rápida.

Mas a rede de cumplicidade com a ditadura foi maior, incluindo a da Igreja, e dificilmente será julgada. Olha aí, pelo menos nessa podemos ganhar deles.

Eduardo Caliman

É jornalista e escreve às quintas-feiras neste espaço

E-mail: ecaliman@redgazeta.com.br

/// O episódio da transferência do Estaleiro Jurong é apenas mais um na longa lista de descasos do governo federal com o Espírito Santo

Não é de hoje

As duas últimas eleições presidenciais deixaram claro o cansaço dos capixabas com as promessas do governo federal petista. Em 2006, Lula estava se reelegendo, cheio de popularidade, e muitas promessas desembarcaram com a comitiva do presidente-candidato. O aeroporto, por exemplo, apareceu em novos discursos e ganhou prazo de conclusão.

Outros gargalos de infra-estrutura, como as rodovias sem duplicação, seriam resolvidos. Empolgado, o Espírito Santo entrou como ponto vermelho no mapa do resultado da eleição. Foi um dos 20 Estados onde Lula ficou à frente de Geraldo Alckmin. Toda a Região Sul, além de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ficou com o tucano.

Durante o segundo mandato de Lula, apesar de o Estado viver um momento de grande esperança, com forte capacidade de investimento e anúncios de projetos industriais, o governo ficou devendo. O aeroporto não decolou, a duplicação da BR ficou pelo meio do caminho, o PAC não enxergou o Espírito Santo no mapa e os capixabas continuaram segurando a lanterninha dos recursos do orçamento federal.

Claramente cansado de discurso, o eleitor

mandou seu recado em 2010. Na eleição entre Dilma Rousseff e José Serra, a maioria rejeitou a candidata de Lula. A insatisfação era azul, e dessa cor ficou o Espírito Santo no mapa da votação. Na mesma eleição, entrou no Palácio Anchieta o governador Casagrande (PSB), visto entre os capixabas como o homem que poderia melhorar a relação com Brasília. Casagrande, de fato, tinha bom trânsito com muitas lideranças nacionais. Tinha também o apoio oficial do PT.

Era de se esperar um novo tempo, mas esse ficou no “era”. Em vez de reforço financeiro, o Estado tem amargado a pior fase de ameaças ao seu caixa. O Fundap se perdeu e, na briga dos royalties, o governo federal poderia ter sido mais firme, participando dos questionamentos no Supremo Tribunal Federal. O que fez? Lavou as mãos.

Agora, além de novas ameaças, como a que iguala o ICMS no país e tira mais dinheiro dos capixabas, o governo petista age para tirar daqui os investimentos privados – o que fez o Estado sobreviver à ausência da União durante décadas – ou melhor, séculos. Como mostraram reportagens nesta semana, um ministro do PT agiu para transferir um importante projeto, o Estaleiro Jurong, de Aracruz para um porto no Rio.

Ou seja, além de não dar, tentam tomar desenvolvimento e empregos. Com a reação do governo Casagrande e da bancada, a manobra foi abortada a tempo, mas fica para o Estado mais um episódio de descaso. Quando o governo petista precisar de um navio forte para atravessar os mares eleitorais, em 2014, será a vez de os capixabas decidirem deixá-lo, ou não, no estaleiro.

Lelo Coimbra

É deputado federal e presidente regional do PMDB

/// Mais importante que a construção de um novo partido é a agenda que ele nos traz

O debate político e a vida partidária no Brasil

Passando pela Praia de Camburi, num domingo, parei para cumprimentar os amigos que decidiram aproveitar o dia para recolher assinaturas para o registro do “Partido da #rede”, conhecido como “Partido da Marina”, mas que transcende sua própria liderança.

Na folha, com várias assinaturas, incluindo amigos do movimento estudantil, da luta contra a ditadura, e agora protagonistas da vida política, um ca-

beçalho informava a motivação de criação da #rede e que não se trata de uma filiação partidária.

Como presidente do PMDB, assinei o apoio à formação do “#rede” com a alegria de quem tem plena consciência dos motivos que me trouxeram à política: lutar por governos capazes de responderem às necessidades da sociedade e participar dos debates colocados pela sociedade sejam quais fo-

rem os temas.

Assinei com a convicção de estar contribuindo para a melhoria do debate e participação daqueles que têm se afastado da vida pública por não se sentirem representados ou por não se identificarem com os modelos existentes.

Os espaços que possam ser construídos para esta finalidade devem ser saudados. Ao mesmo tempo reafirmo compromissos que os partidos, sob os quais temos responsabilidades, possam assumir bandeiras e posturas defendidas, mas que não tem encontrado amparo na vida institucional da República.

Partidos inexpressivos que deveriam ser submetidos ao crivo de uma votação mínima nacional funcionam tão somen-

te ao balcão de negócios.

Permitem que figuras simbólicas como o deputado Tiririca e o Pastor Marcos Feliciano – este último, acusado de ser homofóbico e racista – cheguem a ser presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Mais importante que a construção de um novo partido é a agenda que ele nos traz e que me levou a assinar pelo seu fortalecimento.

Cabe a todos nós, em nossos diferentes partidos, entendermos o que se passa na representação da sociedade e assumirmos que é hora de mudanças profundas. A política deve estar à altura dos anseios do que a sociedade vem nos sinalizando de forma cada vez mais forte.